

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Dívida externa

Com o fechamento do acordo preliminar, o Governo brasileiro dispõe de tempo até maio, quando novas gestões serão iniciadas, para elaborar proposta para a amortização da dívida externa e pagamento de seus respectivos serviços. Apesar das resistências do Banco do Kuwait, credor de importância desprezível (20 milhões de dólares), o acordo provisório agora celebrado permitiu ao Brasil refinanciar, 1,5 bilhão de dólares relativos a juros, enquanto desembolsa recursos correntes de 1 bilhão para ressarcimento de serviços da dívida.

Para a efetivação de um pacto definitivo em torno desse problema, deverá o Brasil, desde agora, gestionar informalmente junto aos credores na base de uma proposta realista. Com o sistema financeiro internacional em situação de desequilíbrio, em razão da dívida de aproximadamente quatrocentos bilhões de dólares da América Latina, número que poderá elevar-se a setecentos bilhões, em face de eventual declaração de moratória pela maioria dos países africanos, os credores já não dispõem de uma posição privilegiada para negociar.

As perspectivas que se abrem para o futuro também não lhes são favoráveis. Os Estados Unidos vivenciam difícil situação econômica, tanto em função do déficit público de 2,3 trilhões de dólares, quanto em razão do deságio na balança comercial, estimado em torno de 200 bilhões de dólares. Tal quadro enseja a possibilidade de um surto recessivo, que poderá ser declarado a partir de uma política interna de austeridade nos gastos públicos e cortes em programas fundamentais.

Eventual recessão nos Estados Unidos, maior mercado importador do mundo, significa que os países devedores, principalmente os de economia emergente, como o Brasil, encontrarão dificuldades adicionais para faturar divisas com exportações. Numa hipótese recessiva, como é óbvio, reduz-se drasticamente a capacidade de importar. Nesse passo, a administração da dívida por parte das nações devedoras poderá rolar para a rampa inclinada da inadimplência, isto é, cessação abrupta das amortizações e dos resgates das parcelas de juros.

Ora, se essa é a conjuntura desenhada para os próximos meses, já antecipada em relação ao Brasil pela aplicação de sobre-

taxas a diversos de seus produtos de exportação — a pretexto de represálias contra a política de informática —, parece evidente que os credores deverão adotar um comportamento mais aberto e, portanto, mais adequado à adversidade da situação. Não se pode raciocinar com outras hipóteses, a não ser pela admissão deliberada do suicídio financeiro, fenômeno jamais ocorrido no mundo capitalista.

Em relação particular ao Brasil, urge às autoridades da área econômico-financeira, especialmente ao presidente José Sarney, convencerem-se de que a dívida externa é a causa essencial, nuclear, de todos os problemas econômicos do País e, por consequência, de todas as disfunções sociais. O monumental déficit público só é originado nos gastos imoderados da máquina estatal, direta e indireta, de modo secundário. Na verdade, sua fonte original é a dívida externa. Obrigado a desenvolver esforço exportador tentacular, a fim de gerar saldos em divisas para aplicação no resgate e juros da dívida, o Governo brasileiro destina recursos internos cada vez maiores para financiar o segmento econômico vinculado às exportações.

Mas para realizar esse esforço, também se vê compulsoriamente levado a realizar duas operações riquíssimas em efeitos inflacionários: emitir papel-moeda ou captar poupanças na área privada. Na primeira hipótese, o alargamento da base monetária exerce pressões incontroláveis sobre a demanda, com a consequência inevitável da elevação dos preços. Na segunda, a arrecadação da poupança privada via colocação de títulos públicos provoca a escalada dos juros, numa promoção direta da elevação dos custos de produção, quer dizer, mobilização de poderoso agente inflacionário.

Diante desse quadro, é fundamental ao Brasil enfrentar a questão da dívida externa com plena consciência de que se trata de um problema vital para sua sobrevivência econômica, de cuja solução depende também a eliminação de todos os dilemas sociais do País. Sempre convém repetir que os pontos de equilíbrio do sistema financeiro internacional começam a romper-se, com sinalização para uma etapa futura mais favorável às nações do Terceiro Mundo, com o Brasil a braços com compromissos externos insuportáveis.